

SNI mantém há seis meses Funai sob investigações

O SNI mantém a Fundação Nacional do Índio sob constante investigação há pelo menos seis meses, em consequência de denúncias de irregularidade no órgão, envolvendo inclusive a Srta. Cecília Campos, irmã do presidente da Funai.

A chamada peça-chave no processo contra a Funai no Ministério do Interior — o depoimento de uma comissão de sindicância que confirmou as acusações — está pronta desde novembro do ano passado. O Sr. Queirós Campos evitou a abertura de inquérito em dezembro, e em janeiro o processo foi avocado por Brasília. Na época, o chefe da Divisão de Informações do Ministério do Interior, General Bandeira de Melo, verificou pessoalmente as irregularidades.

DENÚNCIA

As primeiras acusações contra a irmã do Sr. Queirós Campos, que é a encarregada da cantina do Hospital da ilha de Bananal, foram feitas pelo diretor do Departamento de Assistência da Funai, Sr. Darci Mesquita da Silva, ao próprio presidente da fundação, no dia 4 de novembro do ano passado.

Logo depois foi criada uma comissão de sindicância, constituída dos Srs. João Belmino Chavés, Orlando Mitterdiere e Francisco de Farias Régo, que apurou as denúncias no próprio local, formando um processo, que mais tarde foi enviado ao então presidente em exercício da Funai, Sr. José Maria da Gama Malcher, que pediu uma comissão de inquérito.

Em uma carta endereçada ao JORNAL DO BRASIL, o Sr. Gama Malcher, hoje afastado de suas funções, afirmou que as sindicâncias da comissão foram "ratificadas mais tarde pelo General Bandeira de Melo, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior."

Segundo a carta, o Sr. Gama Malcher recebeu o processo do diretor do Departamento de Administração da Funai, Sr. João Oscar Henriques. Em seguida, oficiou ao secretário-geral do ministério e ao presidente do Conselho Curador da fundação "pedindo-lhes que me indicassem nomes para comporem a comissão de inquérito que ficaria sob a presidência de um funcionário categorizado da fundação por mim indicado."

Quando obtive a resposta da Secretaria-Geral indicando o nome do Sr. Nelson Carvalho Palmeira, e a informação do Conselho Curador de que não tinha elementos disponíveis, eu já não estava no exercício da presidência — continua a carta.

Mesmo assim, preparei uma minuta de portaria, constituindo a comissão de inquérito, que iria apurar o que já havia sido constatado pela comissão de sindicância e pelo chefe da DSI pessoalmente — disse ainda, o Sr. Gama Malcher.

ENTRA O SNI

O primeiro indício de que o caso chegara às mãos do Serviço Nacional de Informações é uma carta do dia 2 de dezembro do ano passado, dirigida ao comandante Pareci, pelo Sr. Darci Mesquita da Silva, que faz um amplo relato das irregularidades e indica os nomes e endereços de 15 pes-

soas que poderiam confirmar as acusações contra a Srta. Cecília Campos.

Reportando-me ao nosso entendimento ocorrido ontem (1-12-69) nesse SNI — diz a carta — referente a fatos verificados na Fundação Nacional do Índio, e por mim denunciados ao seu presidente, jornalista José de Queirós Campos, em expediente confidencial (Of. n.º 465/DAS de 4-11-69), cuja cópia já se encontra em poder de Vossa Senhoria, cumpre-me fornecer as informações que se seguem:

Como o presidente da Funai recebera o citado ofício no dia 5-11-69, e nenhuma providência havia sido tomada até o dia 12, resolvi procurar o Sr. inspetor-geral de Finanças do Ministério do Interior, Dr. Wilson Aguiar, que, na mesma data, entregou cópia ao Sr. chefe de gabinete do Ministério do Interior em Brasília, General Hugo de Faria. Aguardei, confiante, pelas medidas prometidas por aquela alta autoridade, até o dia 20, quando decidi encaminhá-la a esse SNI.

Assumi o cargo que ocupo na Funai em fins de janeiro deste ano (1969). Interessei-me vivamente na instalação do hospital na localidade de Santa Isabel do Morro, na ilha do Bananal, reconhecendo sua importância no sistema que imaginei para assegurar a proteção da saúde da população indígena da área.

Durante vários meses, esforços foram concentrados nesse objetivo, tendo afinal sido inaugurado o citado hospital no dia 21 de abril.

Pouco antes, D. Cecília Queirós Campos, sem qualquer vínculo com a instituição, apenas respaldada na condição de irmã do presidente, passou a interferir, de maneira insólita, nas atividades relacionadas com a aquisição de equipamentos para o hospital, tendo realizado vultosas compras nas praças de Brasília e Goiânia.

Após a inauguração do hospital, passou D. Cecília a interferir na própria administração do Parque Indígena Nacional do Araguaia (PINA), que abrange toda a ilha do Bananal. Não concordando com esta interferência, cada vez mais acentuada, que estava a ocasionar prejuízos ao funcionamento, não só do hospital, como, então, de todo o parque, reclamei pessoalmente várias vezes ao sr. presidente daquelas atitudes de sua irmã, até que este, em um desabafo, explicou-me porque mandara D. Cecília "colaborar" comigo — afirma o documento.

SABOTAGEM E ATENTADO

Disse-me ele que assim procedera porque sabia que a minha ação era sabotada pelo diretor do Departamento de Administração, Sr. João Oscar Henriques, que de mim não gostava, e que, na qualidade de parente do citado diretor, conseguira obter solução pronta aos pedidos de fornecimento oriundos do Departamento de Assistência — prossegue.

Essas minhas frequentes reclamações certamente dificultavam as intenções da irmã do presidente, e creio, eu, talvez o tenham influenciado a tomar a decisão de, na reforma do Regimento da Funai, estabelecida no dia 13 de agosto, introdu-

zir dispositivo (Art. 21 f 3.º) que retirava da jurisdição do Departamento de Assistência os parques indígenas, subordinando-os diretamente ao presidente da Funai.

Com esta medida — diz a carta — D. Cecília teve o campo livre para agir, já na qualidade de assistente da presidência.

Desde então — prossegue — tornou-se D. Cecília praticamente a administradora do PINA, uma vez que o administrador oficial, Sr. Gilvã Cavalcanti de Oliveira, é elemento inteiramente devotado à família Queirós, que o tirou de situação econômica difícil para levá-lo à condição de administrador oficial do citado parque.

Esta devoção do Sr. Gilvã à família Queirós é tão acentuada que quase o tornava um assassino, quando, no dia 18 de setembro, alvejou a tiros de revólver o jovem estagiário da Escola de Indigenismo, Denilton Nevés Brás, pelo simples fato de esse jovem, em companhia de outros colegas, ter entoado canções de crítica, sem maldade, à família do presidente da Funai. Este fato está mencionado nos documentos anexos.

Numa verdadeira inversão de valores, o Sr. presidente atribuiu a responsabilidade do grave incidente aos jovens estudantes, tendo proibido o funcionamento da Escola de Indigenismo, causando com isso imprevisíveis prejuízos aos planos assistenciais do Departamento de Assistência.

Ao mesmo tempo, deixou de dar prosseguimento às medidas iniciadas pelo secretário executivo da Funai, que visavam apurar os fatos, que certamente implicariam o seu amigo Gilvã — diz o documento ao SNI.

CONTRABANDO

O relatório do Sr. Darci Mesquita também afirma que "a irregularidade da situação de D. Cecília como virtual administradora do PINA é evidenciada pela Portaria n.º 212, de 1/8/69, publicada no Boletim n.º 33 do dia 8 seguinte, em que é designada, pelo seu irmão, para coordenar e dirigir a cantina existente na ilha do Bananal, com poderes para adquirir as mercadorias para ali serem vendidas, devendo prestar contas mensais ao administrador oficial, o referido Sr. Gilvã."

Esse fato reveste-se de grande importância, tendo em vista que, na cantina, eram vendidas as mercadorias contrabandeadas e os gêneros fornecidos gratuitamente pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério da Educação e Cultura.

A ida da comissão mencionada nos itens 3 e 4 deste relatório (comissão de sindicância), foi precedida de alguns dias pela visita de D. Cecília a aquele parque, presumivelmente para de lá retirar as evidências dos fatos dolosos por mim denunciados — afirma.

Mas, além das acusações específicas do relatório, existem inúmeras outras denúncias de pessoas ligadas à Funai, atualmente sendo investigadas pelo SNI e pelo Ministério do Interior.

Entre elas está o abate ilegal do gado de propriedade dos índios, que era esquarterado e sua carne vendida sem impostos ou cuidados higiênicos tanto em Bananal quanto em Brasília.